



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUEARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2025 EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS Nº 001/2025

INEXIGIBILIDADE Nº 014/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2025

OBJETO: Credenciamento para execução dos serviços de leiloeiros oficiais, devidamente cadastrado na junta comercial do estado de São Paulo - JUCESP, para a realização de leilões na modalidade presencial, online ou virtual e presencial simultaneamente, destinados ao desfazimento de bens móveis e imóveis inservíveis, especialmente veículos, máquinas e sucatas de propriedade do município de Jeriquara/SP, pelo período de 12 meses.

1. PREAMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE JERIQUEARA, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob o nº 45.353.315/0001-50, torna público aos interessados que está promovendo o Edital de Processo Licitatório nº 114/2025, visando o credenciamento de Leiloeiro Oficial, devidamente cadastrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, visando à realização e condução de Leilões nas modalidades: presencial e/ou online/virtual simultaneamente do Município de JERIQUEARA/SP, de acordo com o que determina a Lei 14.133/2021, mediante as condições deste Edital, o qual poderá ser adquirido na Prefeitura, na sala do Departamento de Licitações no horário das 08h30min às 11h. e das 13h às 16h, de segunda a sexta-feira, bem como no site do município, a saber: www.jeriquara.sp.gov.br – na aba Licitações e opção inexigibilidade, sem custo adicional.

1.2. O TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO E A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverão ser encaminhadas, EXCLUSIVAMENTE por meio eletrônico, para o seguinte endereço: **licitacao@jeriquara.sp.gov.br**, a partir do dia 17 de novembro de 2025.

1.3. Qualquer Informação sobre esta Licitação poderá ser obtida junto ao Departamento de Licitações, no endereço e horário acima citados, telefone (16) 99141-5521, ou através do e-mail: **licitacao@jeriquara.sp.gov.br**

1.4. Os documentos para Credenciamento deverão ser enviados, a partir das **09:00 horas do dia 17 de novembro de 2025 no mesmo endereço mencionando no item 1.2.**



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUEARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

1.5. Fica permitido o credenciamento a qualquer tempo, enquanto perdurar a vigência deste Edital, iniciando-se o prazo a partir da data de sua publicação, bastando para tanto comprovar o atendimento a todos os requisitos fixados neste Edital e seus anexos com a entrega da documentação pertinente.

2. OBJETO

2.1. O objeto do presente edital é o Credenciamento para execução dos serviços de Leiloeiros Oficiais, devidamente cadastrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, para a realização de leilões na modalidade presencial, online ou virtual e presencial simultaneamente, destinados ao desfazimento de bens móveis e imóveis inservíveis, especialmente veículos, máquinas e sucatas de propriedade do Município de Jeriquara/SP, nos termos e condições descritos e especificados no Anexo I – Termo de Referência deste edital.

3. DO VALOR

3.1. Valor total estimado do objeto: A remuneração do leiloeiro se dará por comissão paga pelo próprio arrematante que participar do leilão.

3.1.1. O valor da arrematação do bem será depositado em conta;

3.2. O valor da comissão do Leiloeiro será depositado em conta indicada diretamente pelo leiloeiro, de sua titularidade, no edital de Leilão.

3.3. O pagamento será realizado pelo(s) arrematante(s) à taxa de 5% (cinco por cento) do(s) lote(s) arrematado(s), em momento anterior à homologação do certame, em prazo definido no edital de leilão.

4. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

4.1. O certame será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, pelo Decreto Federal nº 21.981/32, pela Instrução Normativa Nº 52, de 29 de julho de 2022 e bem como pelas condições estabelecidas no presente edital.

4.2. O credenciamento pressupõe o aceite das condições aqui estabelecidas.

5. DO PRAZO DE EXECUÇÃO.

5.1. Os serviços a serem executados deverão ser prestados de acordo com Termo de Referência (ANEXO I) e com o Estudo Técnico Preliminar – ETP – apêndice desse edital.



GOVERNO MUNICIPAL DE JERQUARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

6. PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. A futura contratação não irá gerar ônus para a Administração Pública do Município de JERQUARA/SP. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta do arrematante.

7. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

7.1. Poderão participar do certame Pessoas Físicas e Jurídicas na qualidade de Empresário Individual nos termos do Art. 58 da DREI 52/2022, que sejam Leiloeiros Oficiais devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP e que atendam às exigências estabelecidas neste Edital de Credenciamento.

7.2. Vedações:

7.2.1. Não poderão participar da licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente: todas as licitantes que se encontrem nas condições previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021, bem como empresas reunidas em consórcio, conforme artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.2. A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

7.2.3. O licitante obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

8. CREDENCIAMENTO

8.1. Os proponentes interessados deverão encaminhar O TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO (ANEXO II) E A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, EXCLUSIVAMENTE por meio eletrônico, para o seguinte endereço de e-mail: licitacao@jeriquara.sp.gov.br, a partir do dia 17 de novembro de 2025, com o título Requerimento de Credenciamento – Edital nº 001/2025, Inexigibilidade nº 014/2025.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, itens 9.1.1.1 a 9.1.1.4, necessários e



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUEARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10. DO ENVIO E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Aberto o período para solicitações de credenciamento, os interessados deverão encaminhar O TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO E A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, EXCLUSIVAMENTE por meio eletrônico, para o seguinte endereço:

licitacao@jeriquara.sp.gov.br

10.2. A análise dos documentos de habilitação será realizada pela Agente de Contratações e Equipe de apoio em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do envio dos documentos para o endereço: **licitacao@jeriquara.sp.gov.br**

10.3. O Agente de Contratações poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para prestarem quaisquer esclarecimentos porventura necessários, bem como para complementarem, caso queiram, os documentos apresentados.

10.4. Será considerado habilitado o Leiloeiro Oficial que atender a todos os requisitos previstos neste Edital de Credenciamento.

10.5. Será considerado inabilitado o Leiloeiro Oficial que deixar de apresentar a documentação solicitada, apresentá-la com vícios/defeitos, contrariar qualquer exigência contida neste Edital, ou cujos documentos estiverem com prazo(s) de validade expirado(s).

10.6. Não será causa de inabilitação a mera irregularidade formal que não afete o conteúdo, a idoneidade do documento, ou não impeça seu entendimento, sendo a decisão sobre a regularidade do documento de responsabilidade da Comissão.

10.6.1. A ocorrência de fato superveniente que possa acarretar inabilitação de Leiloeiro deverá ser comunicada imediatamente à Administração, no momento em que se verificar.

11. DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DOS EVENTUAIS LEILÕES

11.1. O Agente de Contratação, após análise da documentação dos participantes e verificadas a sua regularidade, providenciará a relação dos Leiloeiros Oficiais, em ordem crescente de classificação;

11.2. A relação numerada de Leiloeiros Oficiais credenciados será utilizada de forma a se estabelecer a ordem de designação e o rodízio dos leiloeiros, e será rigorosamente seguida, mantendo-se a sequência, a começar pelo primeiro classificado.



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUEARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

11.3. A ordem de classificação para realização dos eventuais leilões deverá ocorrer por meio de sorteio público, com a presença de representante da Administração e facultada a participação dos interessados. O sorteio público para classificação ocorrerá no Paço Municipal de Jeriquara-SP, na data 19/11/2025, às 09:00 horas da manhã. E para credenciamentos ocorridos após a data do sorteio, a classificação se dará de forma sequencial.

11.4. O Leiloeiro que rejeitar a designação, ou estiver suspenso/impedido de realizar leilões, perderá a vez, situação em que será chamado o próximo na ordem de classificação.

11.5. Havendo descredenciamento de Leiloeiro, sua posição será ocupada pelo próximo na ordem de classificação, reordenando os demais.

11.6. Não será permitido a nenhum dos leiloeiros credenciados o substabelecimento dos serviços de Leilão, sob pena de desclassificação.

11.7. O CREDENCIAMENTO de profissional Leiloeiro Oficial, devidamente cadastrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, visando à realização e condução de Leilões nas modalidades: presencial e online/virtual simultaneamente no Município de JERIQUEARA/SP será realizado de acordo com a ordem de chegada da documentação enviada para o e-mail: licitacao@jeriquara.sp.gov.br

11.8. Havendo novos credenciados após a classificação descrita no item 10.2, estes serão alocados ao final da fila seguindo a ordem de protocolo da documentação

11.9. A lista dos Leiloeiros credenciados, segundo os critérios do edital, será divulgada e mantida atualizada por meio do sítio eletrônico <https://www.jeriquara.sp.gov.br/>

11.10. Após a publicação da lista de classificados, os Leiloeiros serão convocados para assinar o TERMO DE CONTRATO, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. (Preferencialmente por certificado digital).

11.11. Os TERMOS DE CONTRATO serão publicados nos seguintes endereços eletrônicos:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

II- Página do Município <https://www.jeriquara.sp.gov.br/>

III - Diário Oficial do Município – <https://imprensaoficialmunicipal.com.br/jeriquara>

12. DO TERMO DE CONTRATO



GOVERNO MUNICIPAL DE JERQUARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

12.1. As contratações para a prestação dos serviços de que este instrumento convocatório trata dar-se-ão de forma direta, por inexigibilidade de licitação, através do sistema de credenciamento, com arrimo no disposto no art. 74 e 79, caput, da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Após ser habilitado, o proponente será convocado para **assinar o TERMO DE CONTRATO, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.**

12.3. O mencionado instrumento contratual será formalizado na conformidade dos termos da minuta constituinte do Anexo VI deste Edital, presentes as disposições do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. O credenciamento para prestação dos serviços de que o presente Edital trata não gera vínculo empregatício entre a o(a) Credenciado(a) e o Município de JERQUARA/SP.

12.5. Até a data prevista para ocorrência de assinatura do Termo de Contrato, o Município de JERQUARA/SP, poderá inabilitar o convocado para prestação dos serviços, mediante despacho fundamentado, se tiver informação segura sobre qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior à fase de habilitação, que desabone a sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, regularidade trabalhista ou qualificação técnica.

12.6. O termo de contrato será formalizado com presença, no que couber, das cláusulas previstas no art. 89 da Lei 14.133/2021.

12.7. O contrato poderá ser alterado, com a devida motivação, nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/2021.

12.8. Os CREDENCIADOS não terão vínculo empregatício com o Município, sendo de exclusiva responsabilidade daquele as despesas com seguros de natureza trabalhista vigentes, transporte, alimentação e quaisquer outros encargos que forem devidos, referentes à prestação dos serviços.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE (MUNICÍPIO)

13.1. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.2. Permitir o livre acesso dos empregados, encarregados e/ou prepostos da CONTRATADA para a execução do contrato;



GOVERNO MUNICIPAL DE JERQUARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

13.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados, encarregados e/ou prepostos da CONTRATADA, desde que inerentes ao objeto do Contrato.

14. DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS

14.1. As obrigações do Credenciado constam do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará o(a) Credenciado(a) a pagamento de multa de mora de 0,5% (meio por cento) por dia, a incidir sobre o valor daquele, aplicada na forma prevista no art. 162 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. Contar-se-á o termo inicial de incidência da multa da data estipulada na ordem de serviço emitida pela Credenciada ou, quando for o caso, após prazo concedido através de notificação.

15.3. A inexecução total ou parcial do Contrato ou o descumprimento de qualquer das obrigações contratuais ou condições estabelecidas neste Edital de Credenciamento sujeitará o (a) Credenciado (a), nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

I. Advertência;

II. Multa compensatória de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor do Contrato ou da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

III. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de inexecução total desse;

IV. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de JERQUARA/SP, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e

V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a ser concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

15.4. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUEARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

poderão ser aplicadas, também, às empresas e aos profissionais que, em razão de contrato regido pela Lei nº 14.133/2021:

- a. Hajam sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do credenciamento;
- c. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.5. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao(à) Credenciado(a) o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ele inerentes.

15.6. As sanções de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e a de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no correspondente processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15.7. Na aplicação da penalidade, a autoridade competente levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.8. O recolhimento da multa deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento da correspondente comunicação da autoridade competente.

15.9. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

15.10. A cominação de penalidade administrativa ao(à) Credenciado(a) não impede ocorrência de rescisão do seu contrato.

16. DA EXTINÇÃO

16.1. As possibilidades de extinção do contrato estão previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

17. DAS MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS

17.1. Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

18. DOS RECURSOS

18.1. Dos atos da Administração praticados com referência aos procedimentos de habilitação, de credenciamento e de execução dos correspondentes contratos serão admitidos:

18.2. Recurso hierárquico, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

I. Habilitação ou inabilitação de requerente de credenciamento;

II. Anulação ou revogação do processo de credenciamento;

III. Aplicação de pena de advertência, de multa ou de suspensão temporária;

IV. Extinção do Contrato por ato unilateral da Administração, nos casos a que se refere o inciso I do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021;

18.3. Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação da decisão relacionada com o objeto deste Edital ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

18.4. Pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da intimação do ato, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

18.5. Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

18.6. O recurso previsto contra caso de habilitação ou inabilitação do requerente de credenciamento terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

18.7. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no **prazo de 05 (cinco) dias úteis** ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informados, cabendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

19. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

19.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade na aplicação da Lei que o rege, devendo protocolar pedido até o prazo de 03 (três) dias úteis após a publicação oficial deste edital.



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUEARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

20. DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO

20.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, prorrogável na forma da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2. A contratação poderá ter prorrogações sucessivas, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do interessado, desde que seja possível a aferição da sua qualificação.

21.2. É facultada à autoridade competente, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a fixação de prazo de resposta.

21.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e no Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

21.4. Os referidos prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente.

21.5. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e nas demais Leis a que este instrumento de convocação se encontra subordinado.

21.6. Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital será divulgado:

I. Página do Município: <https://www.jeriquara.sp.gov.br/>

II - Diário Oficial do Município: <https://imprensaoficialmunicipal.com.br/jeriquara>

21.7. São anexos deste edital:

I. Termo de Referência – TR.

Apêndice Estudo Técnico Preliminar

II. Termo de adesão ao credenciamento

III. Declaração de disponibilização de recursos humanos

IV. Modelo de Declaração ÚNICA.

V. Declaração de ME/EPP/MEI



GOVERNO MUNICIPAL DE JERQUARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

VI. Minuta de Contrato Administrativo.

22. DO FORO.

22.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de PEDREGULHO/SP, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Jeriquara-SP, 23 de outubro de 2025

Elaine Pinheiro de Paula Mansano Garcia
Prefeita Municipal



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUEARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO

ÓRGÃO REQUISITANTE: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Chamamento Público nº 002/2025

Processo nº 114/2025

DFD nº: 054/2025

Estudo Técnico Preliminar nº: 028/2025

2. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE LEILOEIROS PARA O ATENDIMENTO DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE JERIQUEARA/SP.

Constitui objeto deste o Credenciamento para execução dos serviços de Leiloeiros Oficiais, devidamente cadastrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, para a realização de leilões na modalidade presencial, online ou virtual e presencial simultaneamente, destinados ao desfazimento de bens móveis e imóveis inservíveis, especialmente veículos, máquinas e sucatas de propriedade do Município de Jeriquara/SP, pelo período de 12 (doze) meses.

2.1 Descritivo:

| ITEM | DESCRIPTIVO | QUANTIDADE |
|------|---|---|
| 01 | Credenciamento para execução dos serviços de Leiloeiros Oficiais, devidamente cadastrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, para a realização de leilões na modalidade presencial, online ou virtual e presencial simultaneamente, destinados ao desfazimento de bens móveis e imóveis inservíveis, especialmente veículos, máquinas e | Leiloeiros oficiais, devidamente matriculados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, no pleno gozo de suas funções, e que preencham as condições previstas neste credenciamento. |



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUEARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

| | | |
|--|--|--|
| | sucatas de propriedade do Município de Jeriquara/SP. | |
|--|--|--|

2.2. Os **serviços** objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) assinatura do contrato, podendo ser renovado, na forma dos artigos 105 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2.6. O credenciamento ficará aberto para cadastramento permanente de novos interessados.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação completa que dá base a presente contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar de referência, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A descrição da solução como um todo encontra-se devidamente pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar de referência, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Poderão requerer o credenciamento Leiloeiros Oficiais que:

5.1.1. Estejam devidamente matriculados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, no pleno gozo de suas funções, e que preencham as condições previstas neste edital;

5.1.2. Disponham de recursos humanos e materiais para acompanhar a realização do leilão;

5.1.3. Disponham de site/sítio eletrônico para inserção da relação dos lotes e das fotos dos bens a serem leiloados.



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUEARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

5.1.4. Disponham de recursos tecnológicos necessários para a realização do leilão eletrônico, por meio de plataforma de transação, via WEB, incluindo locais apropriados em caso de leilão presencial.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Da forma de execução:

6.1.1. A ordem de classificação para realização dos eventuais leilões deverá ocorrer por meio de sorteio público, com a presença de representante da Administração e facultada a participação dos interessados. O sorteio público para classificação ocorrerá no Paço Municipal de Jeriquara-SP, na data 19/11/2025, às 09:00 horas da manhã. E para credenciamentos ocorridos após a data do sorteio, a classificação se dará de forma sequencial.

6.1.2. A execução do objeto será realizada conforme o cronograma definido pela Administração.

6.1.3. Os leiloeiros deverão estar habilitados para realizar leilão de qualquer tipo de material que a administração municipal necessite se desfazer, especialmente veículos, máquinas, sucatas e bens inservíveis.

6.1.4. Caberá ao leiloeiro realizar em cada leilão:

- Inventário e arrolamento dos bens, separação em lotes, fotografias, divulgação em sites especializados, organização e realização de leilões públicos por meio de leiloeiro oficial, compreendidas as atividades de pós-venda, em que são realizados todos os tramites necessários à regularização dos bens alienados (oferecendo suporte técnico e operacional as atividades necessárias para organização de leilões públicos, que antecedem a realização da hasta publica, da avaliação e preparação processual, até a prestação do serviço de pós vendas, o que inclui a baixa dos débitos e diligenciamento junto aos órgãos de transito competentes, quando se tratar de veículos);
- Assessoria completa a prefeitura, a fim de auxiliar nos trâmites legais, burocráticos e divulgação na mídia;
- No caso de veículos, realizar o levantamento detalhado dos veículos: Chassi, Motor, Situação cadastral, débitos e pesquisa completa junto ao DETRAN;
- Levantamento geral dos demais bens inservíveis;
- Assessoria e confecção das publicações, editais e comunicados.



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUEARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

6.1.5. Os serviços deverão ser prestados desde a fase de reunião dos lotes até o encerramento do leilão, entendido este como sendo a fase de prestação de contas entre a Contratada e o Contratante.

6.1.6. A divulgação deverá ser feita da seguinte maneira:

- Responsabilidade da Prefeitura: Publicação no Diário Oficial do Estado de SP (DOE) e no Diário Oficial do Município (DOM), Publicação também no site da Prefeitura e mídia digital gerenciada pela municipalidade;
- Responsabilidade do Leiloeiro: divulgação digital (internet) no site próprio do leiloeiro, newsletters, anúncios em sites de busca na internet, disponibilização de material para divulgação no site da Prefeitura, bem como sites especializados e parceiros;
- O leilão deverá ser iniciado on-line pelo menos sete dias antes da data agendada para o período presencial (este quando necessário), em site próprio do leiloeiro, com a divulgação dos endereços para visita dos bens leiloados. No dia do agendamento, o encerramento de cada lote será simultaneamente on-line e presencial, a fim de garantir maior participação de interessados.
- No caso de leilão de veículos, caberá ao leiloeiro providenciar local adequado para realização do leilão presencial, atendendo as seguintes exigências mínimas:
 - Salão amplo com espaço mínimo para cinquenta pessoas sentadas, localizado no município de Jeriquara-SP, em local de fácil acesso. Possuir estacionamento equivalente com a capacidade do salão;
 - O salão deverá obrigatoriamente possuir ar condicionado, cadeiras para pelo menos cinquenta pessoas, água potável para todos os participantes e banheiros em boas condições;
 - Deverá possuir também estrutura mínima para o leilão, sendo conexão de banda larga com a internet, “data show” (projektor) para as imagens dos lotes,
 - Deverá o leiloeiro disponibilizar ao menos cinco funcionários para credenciamento e atendimento aos participantes durante o leilão presencial;
- O Leiloeiro deverá garantir estrutura para a realização simultânea do leilão on-line e presencial, a fim de evitar travamentos, lentidão e problemas técnicos durante a realização do mesmo. Essa estrutura inclui computadores, servidor on-line para o leilão simultâneo e tudo o mais que for necessário para o bom andamento do leilão;



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIKUARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

-
- Cada lote anunciado no leilão deverá possuir pelo menos cinco fotos do bem a ser negociado, bem como informações sobre o estado do mesmo;
 - Nos dias de visitação, deverá haver pelo menos um funcionário contratado pelo leiloeiro para acompanhar os interessados, bem como deverá ser providenciada cartilha com os procedimentos do leilão e os lotes disponíveis, a serem entregues aos visitantes, seja quantos forem necessários;
 - Não será aceito em hipótese alguma a prorroga o do leilão somente on-line ou somente presencial. Deverá ser aberto para lances pelo menos sete dias antes do leilão presencial e o encerramento de cada lote deverá ocorrer simultaneamente presencial e on-line, na data do agendamento por ordem numérica de lotes crescente;
 - No caso de leilões de sucatas, móveis e equipamentos em geral, caberá ao leiloeiro verificar a viabilidade de leilão on-line e/ou presencial, sendo ou não dispensado a parte presencial do procedimento, a partir do montante do material a separado para o leilão;
 - Para o leilão on-line, sem o procedimento presencial,   responsabilidade do leiloeiro possuir estrutura, para evitar sobrecargas, lentidão e problemas técnicos durante a realiza o dos lances;
 - Na eventualidade da realiza o de leilão presencial, a prefeitura poderá fornecer o local para realiza o do mesmo, mediante a disponibilidade prévia, sendo os equipamentos responsabilidade do leiloeiro;
 - No caso de leilão on-line e presencial o Leiloeiro deverá garantir estrutura para a realiza o simultânea do leilão on-line e presencial, a fim de evitar travamentos, lentidão e problemas técnicos durante a realiza o do mesmo. Essa estrutura inclui computadores, servidor on-line para o leilão simultâneo e tudo o mais que for necessário para o bom andamento do leilão. Neste caso não será aceito em hipótese alguma a prorroga o do leilão somente on-line ou somente presencial. Deverá ser aberto para lances pelo menos sete dias antes do leilão presencial e o encerramento de cada lote deverá ocorrer simultaneamente presencial e on-line, na data do agendamento por ordem numérica de lotes crescente.

6.1.7. Caberá ao Leiloeiro o fornecimento de todos os materiais e componentes necessários para a execu o do contrato, inclusive as avalia es dos bens exigidos neste edital com emissão de laudos (atribuindo valor justo aos bens com objetivo de aliena o em hasta pública, observando-se critérios de mercado e as obriga es legais, fixando-se valor mínimo para



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUEARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

arrematação), a serem elaboradas por profissional capacitado a ser remunerado às suas despesas.

6.2. Do local da execução:

Os locais da execução dos leilões serão definidos entre os leiloeiros e agentes públicos responsáveis pelo departamento, podendo ser presencial ou virtual.

7. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

A execução do contrato deverá ser **acompanhada e fiscalizada pelo(a) servidor(a) Kelle Cristina de Matos Galvão, designado fiscal do contrato**, na forma do que estabelece o artigo 17, do Decreto Municipal 1533/2022, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do que determina a Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput, para a boa execução técnica e administrativa do contrato celebrado.



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

Compete ao fiscal do contrato o regular exercício das atribuições previstas no artigo 17 do Decreto Municipal nº 1533/2022, sem prejuízo das competências legais expressas na Lei 14.133/21, em especial:

- Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que entender necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados;
- Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, conforme se verifica no artigo 17, do Decreto Municipal nº 1533/2022.
- Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Constitui rotina de fiscalização a verificação da manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhamento o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUEARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A remuneração do leiloeiro oficial ocorrerá exclusivamente mediante comissão incidente sobre o valor de arrematação dos bens inservíveis, a ser paga diretamente pelo arrematante, conforme percentual previamente fixado no edital de credenciamento.

8.2. Dessa forma, não haverá qualquer pagamento por parte da Administração Pública, tampouco emissão de notas fiscais ou faturas para liquidação de despesa pública. O leiloeiro será remunerado apenas quando houver êxito no leilão, em percentual calculado sobre o valor efetivamente arrecadado, o que garante que a despesa esteja vinculada ao resultado da venda.

8.3. A medição do serviço será realizada pela comprovação da efetiva realização do leilão e da arrematação dos bens, com a devida homologação e pagamento da comissão pelo arrematante, não cabendo à Administração a realização de desembolso financeiro.

9. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

9.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **CREDENCIAMENTO**.



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

9.1.1. Para fins de habilitação, O pedido de credenciamento deverá obedecer ao modelo de requerimento constante do ANEXO II deste edital e deverá estar obrigatoriamente instruído com os documentos abaixo indicados, que deverão ser colocados dentro de envelope lacrado e na ordem abaixo estabelecida, que ficará inviolável até o dia da sessão de abertura dos envelopes, documentos esses que devem ser apresentados em cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original para autenticação pela Assessoria de Procedimentos Licitatórios:

- a)** Certidão Específica com Teor Solicitado, expedida pela JUCESP com no máximo 90 (noventa) dias anteriores à sua apresentação na Assessoria em Procedimentos Licitatórios, demonstrando que o interessado se acha devidamente matriculado como Leiloeiro naquele órgão, indicando o número e data da respectiva matrícula e eventuais penalidades sofridas;
- b)** Cédula de Identidade ou Carteira Nacional de Habilitação;
- c)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF); d) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo à sede ou ao domicílio do Leiloeiro Oficial, pertinente ao seu ramo de atividade;
- d)** Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- e)** Certidão de regularidade de débito com as Fazendas Estadual (Certidão de Regularidade de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda ou Certidão Negativa de Débitos Tributários expedidos pela Procuradoria Geral do Estado ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei ou outra equivalente na forma da lei);
- h)** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da Proponente, através de Certidão Negativa de Débitos de Mobiliários.
- i)** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando for empregadora, através do documento “Certificado de Regularidade do FGTS – CRF”, expedido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (a aceitação deste documento condiciona-se à confirmação de sua autenticidade via internet por membro da Comissão de Licitação).
- i.1)** Caso a pessoa física não seja empregadora, deve juntar declaração administrativa a ser expedida pela Caixa Econômica Federal, certificando que não possui empregado(s), não sendo, por isso, sujeito passivo de contribuição social para o FGTS;



GOVERNO MUNICIPAL DE JERQUARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

k) Certidão negativa de Insolvência Civil, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, emitida, no máximo, nos 60 (sessenta) dias anteriores a data prevista para a realização deste credenciamento;

l) declaração de que disponibilizará, quando convocado para celebração de contrato, recursos humanos para acompanhar a realização do leilão e sítio eletrônico, para inserção dos lotes e de fotos dos bens a serem leiloados;

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. Não se apresenta valor estimado para a contratação, uma vez que a remuneração do leiloeiro oficial não será custeada pela Administração Pública, mas sim suportada pelo arrematante, nos termos da legislação que disciplina a atividade.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não se faz necessária a indicação de dotação orçamentária para a presente contratação, tendo em vista que não haverá dispêndio de recursos públicos.

Jeriquara/SP, 23 de outubro de 2025.

Kelle Cristina de Matos Galvão

Chefe de Gabinete

Prefeitura Municipal de Jeriquara/SP

Estado de São Paulo



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUEARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

ANEXO II

TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025

PROCESSO N.º 114/2025

Ao Agente de Contratação,

DADOS CADASTRAIS

Nome completo:

CPF/MF:

RG:

N.º Matrícula JUCESP:

Data da matrícula:

Endereço completo:

Cidade:

Estado:

Telefone: Celular:

E-mail:

..... (nome completo), Leiloeiro Oficial, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o n.º, vem requerer seu credenciamento perante o Município de Jeriquara-SP, para prestação de serviços que visam estabelecer os procedimentos e critérios para a alienação dos bens móveis/imóveis do Município de Jeriquara/SP, mediante leilões eletrônicos e/ou presenciais, conforme determinar a administração pública, de lotes de qualquer tipo de material que a administração municipal necessite se desfazer, especialmente veículos, máquinas, sucatas, imóveis e bens inservíveis, observadas as disposições da Lei Federal nº 14133/2021 e Decreto nº 21.981/1932.

Declara, sob as penas da lei, que:

- a) concorda com todos os termos, exigências e condições previstas no edital e seus Anexos;
- b) são verdadeiras todas as informações prestadas para fins deste credenciamento.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUEARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

ANEXO III

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025

PROCESSO N.º 114/2025

DECLARAÇÃO DE QUE DISPONIBILIZARÁ RECURSOS HUMANOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Ao Agente de Contratação,

..... (nome completo), Leiloeiro Oficial matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº, interessado em participar do credenciamento em referência, declara, sob as penas da lei, que disponibilizará, quando convocado para celebração de contrato, recursos humanos para acompanhar a realização do certame e sítio eletrônico, para inserção dos lotes e de fotos dos bens a serem leiloados.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUEARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

ANEXO IV

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025

PROCESSO N.º 114/2025

Ao Agente de Contratação,

DECLARAÇÃO ÚNICA

- a) DECLARO, que possuo condições de realizar Leilão on-line, atendendo às seguintes exigências:
- I. A descrição do lote e dos respectivos lances recebidos, bem como dos lotes que não receberam lances após serem ofertados;
 - II. Possibilitar o Leilão on-line, com transmissão ao vivo de áudio e vídeo do leiloeiro no momento do leilão;
 - III. Possibilitar a realização do Leilão com recepção e estímulo de lances em tempo "real", via internet;
 - IV. Possuir mecanismo que permita a apresentação somente de lance de valor superior ao do último lance ofertado, observado o incremento mínimo fixado para o item/lote;
 - V. Possibilitar que a cada lance, seja o participante informado, de imediato, do recebimento do lance ofertado;
 - VI. Possuir site próprio, como titular do domínio, ou assinatura de ferramenta compatível, que possibilite a realização de Leilão pela internet, inclusive com lances on-line, e que permita a visualização de fotos dos bens ofertados;
 - VII. DECLARO, divulgar o evento em endereço eletrônico, bem como em material impresso e outros meios de comunicação de grande alcance, de forma a conter, no mínimo, as seguintes informações: características dos bens, fotos, editais, contatos do leiloeiro e outros;
 - VIII. DECLARO, que todas as despesas inerentes à execução dos leilões correrão por sua conta, inclusive nos casos de suspensão, revogação ou anulação do Leilão, por decisão judicial ou administrativa;



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUEARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

IX. DECLARO TER CIÊNCIA, de que não será devida pela Administração nenhuma comissão ao Leiloeiro;

X. DECLARO, que não sou servidor, ocupante de cargo em comissão, terceirizado ou estagiário de qualquer Órgão ou Entidade da Administração Direta ou Indireta do Município;

XI. DECLARO que não me encontro inidôneo para licitar com órgão da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e que inexistente fato superveniente impeditivo de minha habilitação.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura



GOVERNO MUNICIPAL DE JERQUARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

ANEXO V

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025

PROCESSO N.º 114/2025

Ao Agente de Contratação,

DECLARAÇÃO – ME/EPP/MEI

(Nome da empresa), estabelecida na _____ (rua; nº e cidade), por seu representante legal _____ (nome do representante, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, endereço domiciliar), declara, sob as penas da lei penal e civil, que a ora declarante está classificada como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual - MEI, perante (Receita Federal e/ou Secretaria da Fazenda do Estado), comprometendo-se ainda a informar caso deixe de ser enquadrada na condição de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, nos termos da lei.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUEARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº
...../....., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO
DE JERIQUEARA, ESTADO DE SÃO PAULO, E O(A)
LEILOEIRO(A) [XXXX]. PROCESSO Nº

O município de Jeriquara, Estado de São Paulo, com sede,
inscrito no CNPJ, neste ato representado pelo(a)(cargo),
Sr.(a), brasileiro(a), portador(a) do RG ° e do CPF nº
....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) Leiloeiro(a)
....., estabelecido(a) na, CEP:, (nacionalidade),
portador(a) do RG nº e do CPF nº, (nacionalidade), portador(a) do RG nº
..... e do CPF nº, doravante denominado(a) CONTRATADO(A),
tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei
federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato,
decorrente do Edital de Credenciamento nº/2025, mediante as cláusulas e condições a
seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

2. O objeto da presente contratação de leiloeiros oficiais, devidamente cadastrado na
Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, para a realização de leilões na modalidade
presencial, online ou virtual e presencial simultaneamente, destinados ao desfazimento de bens
móveis e imóveis inservíveis, especialmente veículos, máquinas e sucatas de propriedade do
Município de Jeriquara/SP.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUEARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, podendo ser renovado, na forma dos artigos 105 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Os custos deste contrato correm exclusivamente às expensas dos arrematantes, de modo que não se faz necessária a indicação de dotação orçamentária.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será realizado pelo(s) arrematante (s) à taxa de 5% (cinco por cento) do(s) lote(s) arrematado(s), em momento anterior à homologação do certame, em prazo definido no edital de leilão.

4.2. Os custos relativos à publicidade e demais providências necessárias à promoção da divulgação dos leilões e as demais providências acessórias, serão suportados pelo(a) leiloeiro(a) oficial contratado(a), em especial a conferência de informações e documentos recebidos, ainda que obtidas de repartições públicas ou de terceiros, efetuando todas as correções aplicáveis, sob sua inteira responsabilidade, na forma da lei, caso necessário.

4.3. Não cabe à Administração qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo(a) leiloeiro(a) oficial para recebê-la.

4.4. Caso o leilão culmine em licitação deserta ou fracassada, ou, ainda, caso o certame seja suspenso por determinação judicial, à Administração não caberão quaisquer reembolsos ao(à) leiloeiro(a) oficial contratado(a).

4.5. Os valores decorrentes das arrematações serão depositados em conta de titularidade do município de Jeriquara-SP - CNPJ nº 45.353.315/0001-50, do Banco, Agência nº e Conta Corrente nº

5. CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1. Em face de não haver pagamento por parte da Contratante, não se aplicam, a este contrato,



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUEARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

eventuais cláusulas de reajuste da avença.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO

6.1. São obrigações do(a) CONTRATADO(A), além daquelas constantes no Termo de Referência:

6.1.1. Conferir as informações e documentos recebidos, ainda que obtidas de repartições públicas ou de terceiros, efetuando todas as correções aplicáveis, sob sua inteira responsabilidade, na forma da lei;

6.1.2. Exercer pessoalmente suas funções, somente podendo delegá-las a um preposto nas hipóteses previstas no artigo 11 do Decreto federal nº 21.931, de 19 de outubro de 1932, com a observância das disposições estabelecidas nos artigos 12 e 13 desse diploma regulamentar, e desde que haja prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

6.1.3. Arcar com as despesas relativas à prestação dos serviços;

6.1.4. Remeter, a possíveis interessados, cópia do edital do leilão;

6.1.5. Anunciar o leilão em jornal de grande circulação;

6.1.6. Divulgar o leilão através da internet, afixando fotos dos bens, bem como outros meios de publicidade e/ou marketing digital;

6.1.7. Publicar o edital de leilão e seu resultado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, observado o disposto no art. 8º do Decreto estadual nº 68.422, de 2024; 6.1.8. Conduzir o leilão público com dinamismo, dentro dos princípios da impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade e demais que norteiam a Administração Pública, podendo negociar com o autor da melhor proposta condições mais vantajosas para a Administração, caso ela esteja abaixo do preço mínimo estipulado para arrematação, observado o disposto nos artigos 20 e 21 do Decreto estadual nº 68.422, de 2024;

6.1.8. Dispor de sistema informatizado, que atenda aos requisitos constantes do artigo 1º do



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

Decreto estadual nº 68.422, de 2024, e que permita a operacionalização de todas as fases sucessivas do leilão previstas no Decreto estadual nº 68.422, de 2024;

6.1.9. Envidar esforços no sentido de se efetuar a venda de todos os lotes em leilão; Referência; 6.1.11. Prestar contas, no prazo e no modo assinalado no Termo de

6.1.10. Assumir integral responsabilidade por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, em razão da prestação dos serviços objeto do contrato decorrente do credenciamento;

6.1.11. Responsabilizar-se pela observância e pelo cumprimento de todas as disposições legais pertinentes à realização do leilão, obrigando-se a reparar quaisquer danos decorrentes de erro, falha, omissão ou irregularidade;

6.1.12. Arcar com todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias e comerciais, resultantes da execução do leilão, bem como pelo pagamento de quaisquer preços públicos que se tenham por devidos;

6.1.13. Responsabilizar-se por toda e qualquer indenização por danos pessoais, morais, materiais, lucros cessantes, trabalhistas causados à Administração ou a terceiros, por sua culpa ou de seus prepostos, decorrentes da execução dos serviços contratados;

6.1.14. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na legislação pertinente e no edital de credenciamento;

6.1.15. Prestar informações e/ou esclarecimentos, concernentes à execução do leilão, que venham a ser solicitadas pela Administração e por órgão de controle;

6.1.16. Conceder o apoio necessário aos servidores que serão designados pelo Contratante para o acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços;

6.1.17. Dar ciência ao Contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUEARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

6.1.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

6.1.19. Informar endereço eletrônico de e-mail, que servirá para todas as comunicações institucionais, inclusive para fins de contagem de prazo;

6.1.20. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

6.1.21. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.1.22. Conduzir os seus negócios, em atendimento à Lei federal nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 67.301, de 2022, de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o(a) CONTRATADO(A) não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos e colaboradores;

6.1.22.1. O descumprimento das obrigações previstas neste subitem 6.1 poderá submeter o(a) CONTRATADO(A) à extinção unilateral do contrato, a critério do CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei Federal nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 67.301, de 2022.

6.1.22.2. OA) CONTRATADO(A) obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

6.1.22.2.1. Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUEARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei federal nº 14.133, de 2021;

6.1.22.2.2. Pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei federal nº 14.133, de 2021;

6.1.22.2.3. Pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

7.1.1. Assegurar o livre acesso ao(à) leiloeiro(a) oficial e a seus empregados, quando devidamente identificados, aos lotes que serão leiloados;

7.1.2. Prestar todas as informações e esclarecimentos que o(a) leiloeiro(a) contratado(a) e seus empregados encarregados da execução do leilão venham a solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos;

7.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, na forma prevista pela Lei federal nº 14.133, de 2021, e pelo Decreto estadual nº 68.220, de 2023;

7.1.4. Fornecer o apoio técnico e institucional formal para facilitar o acesso do(a) CONTRATADO(A) a todas as informações, instituições e entidades necessárias à consecução dos objetivos do respectivo contrato.

7.1.5. Comunicar ao(à) leiloeiro(a) oficial contratado(a) toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUEARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

7.1.6. Promover toda a fase preparatória do leilão, na forma do artigo 7º do Decreto estadual nº 68.422, de 2024; 7.1.7. Promover as publicações do inteiro teor do edital, na forma do parágrafo único do artigo 9º do Decreto estadual nº 68.422, de 2024, sem prejuízo da publicação do edital no PNPC, pelo(a) CONTRATADO(A), e demais formas de divulgação a serem por ele efetivadas.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O Contrato deverá ser executado de modo presencial, em local pré-definido pelo Contratante ou virtualmente, correndo por conta do(a) CONTRATADO(A) todas as despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, transporte de pessoal e equipe e quaisquer outras decorrentes da execução do objeto do presente ajuste.

8.2. A critério do CONTRATANTE a(s) data(s) de realização do leilão público poderá(ão) ser alterada(s), devendo o(a) CONTRATADO(A) ser comunicado, por escrito, com antecedência mínima e 72 (setenta e duas) horas.

9. CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

9.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Serão designados, nos termos da legislação pertinente, os fiscais e o gestor do contrato, pela parte do CONTRATANTE.

9.3. Toda a comunicação formal do contrato será realizada, formalmente via e-mail indicado pelas partes, sendo os prazos decorrentes contados a partir dos recebimentos das mensagens.

9.4. A fiscalização contratual seguirá as regras do Decreto estadual nº 68.220, de 2023.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. É vedada a subcontratação, sendo pessoal e indelegável o exercício das funções de



leiloeiro em certames públicos.

11. ADMINISTRATIVAS CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1. Se o(a) CONTRATADO(A) inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, a Administração comunicará a Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, para as medidas de sua alçada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos artigos 156 a 163 da Lei federal nº 14.133, de 2021, e de acordo com o estipulado no Edital de Credenciamento.

11.2. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

11.3. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses do artigo 137 da Lei federal nº 14.133, de 2021, garantidos o contraditório e ampla defesa ao(à) CONTRATADO(A).

12.2. Se for constatada irregularidade no procedimento auxiliar ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo CONTRATANTE sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei federal nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao(à) CONTRATADO(A) oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei federal nº 14.133, de 2021.



GOVERNO MUNICIPAL DE JERIQUEARA

Estado de São Paulo

ADM 2025/2028

14. FINAIS CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES

Fica ajustado, ainda, que:

I - Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, o Edital de Credenciamento nº 001/2025, e respectivos anexos;

II - Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições da Lei federal nº 14.133, de 2021, e das demais normas legais e regulamentares incidentes na espécie;

III - Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca Pedregulho, Estado de São Paulo. E assim, por estarem as partes justas e contratada, foi lavrado o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas partes, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

_____, ____ de _____ de 2025.

CONTRATANTE

Leiloeiro(a) Oficial

CONTRATADO(A)

Testemunhas:

1. _____ CPF: _____

2. _____ CPF: _____